

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

Bom desempenho da economia tem dedo das empresas

Parte importante dos bons resultados da economia do país são fruto direto da atividade empresarial, afixam advogados que centram a sua atividade no apoio jurídico às empresas.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

A economia portuguesa deverá crescer 2,7% este ano e 2,4% em 2024, de acordo com as mais recentes projeções do Banco de Portugal, que reviu em alta as suas anteriores estimativas, salientando o desempenho acima do esperado no primeiro trimestre deste ano. Parte importante destes bons resultados são fruto direto da atividade empresarial, afixam os advogados contactados pelo Negócios e que centram a sua atividade no apoio jurídico às empresas. Adiantam, aliás, que há liquidez no mercado e vontade de investir.

A generalidade das previsões nacionais e internacionais para os próximos anos, tal como enfatiza João Caldeira, sócio da CMS, “incorporam a expectativa de que a economia portuguesa venha a ter um melhor desempenho económico do que a área euro em diversos indicadores relevantes, entre os quais o crescimento do PIB e das exportações”. O advogado junta a este aspeto a disponibilidade de fundos europeus e a maior procura internacional de produtos nacionais e acredita que “a combinação destes fatores está a induzir algumas empresas nacionais a tomar decisões de investimento, sobretudo as que operam em setores exportadores”.

Pedro Sá, sócio da firma de advogados PRA entende que esta “resiliência é fruto, em primeira linha, do trabalho e do esforço do nosso tecido empresarial”. Segundo adianta, “é notável o que as projeções em causa nos dizem acerca das exportações, do produto, da taxa de desemprego e até da evo-



Pascal Rossignol/Reuters

Sectores como as energias renováveis e o turismo estão entre os que mais se destacam enquanto apostas do investimento.

lução da inflação, quando comparados com a zona euro, especialmente em ambiente de carga fiscal elevadíssima, para não dizer inédita”.

César Bessa Monteiro Jr, sócio da Abreu Advogados, frisa que

“Há muitos investidores com capital e interesse na economia nacional”, diz David Oliveira Festas.

atualmente “há capitais próprios nas empresas, liquidez no mercado e vontade de investir”. A expectativa agora, diz, é que o PRR “reforce o investimento nas infraestruturas, em equipamentos e ferramentas inovadoras e necessárias para o aumento da qualificação digital, transição energética e climática, descarbonização da economia e reforço do sistema de saúde, o que será, certamente, uma boa oportunidade para os privados”.

“Apesar do aumento das taxas de juro e, portanto, da maior dificuldade de acesso ao crédito, a verdade é que continuamos a assistir a novos investimentos, nomeadamente por parte de entidades estrangeiras que continuam a ter

oportunidades em Portugal que lhes permitem multiplicar por bons múltiplos os investimentos efetuados”, enfatiza Francisco Espregueira Mendes, sócio da Telles.

Segundo o mesmo advogado, esta realidade não envolve apenas as “áreas que estão na ordem do dia, como o turismo ou a energia, mas também a setores mais tradicionais da indústria”, o que explica com o facto de Portugal continuar a estar no radar dos investidores.

Para David Oliveira Festas, sócio da CS Associados, “há muitos investidores com capital disponível e com interesse em apostar na economia nacional”. Exemplo disso, segundo adianta, é o facto de a

Subida das taxas de juro e inflação limitam atividade

sua sociedade tendo a “assessorado clientes em novos investimentos nos mais diversos setores económicos, desde aqueles em que a expansão é mais visível (energia, turismo, saúde ou novas tecnologias), como também em outros setores, nomeadamente atividades empresariais sofisticadas e com grande capacidade exportadora”.

Também Fernando Antas da Cunha, managing partner da Antas da Cunha Ecija, afirma que, no âmbito geral, os clientes empresariais, de diferentes setores de atividade, têm “dado nota de uma evolução do seu volume de negócios”. Diz ainda que “existe uma clara visão no sentido de que, cada vez mais, as empresas portuguesas são procuradas por clientes e investidores estrangeiros”. Este advogado considera, aliás, que “a boa perceção sobre a qualidade das nossas empresas também cresceu”. ■

Apesar dos bons indicadores que a economia nacional apresenta, há fatores que estão a limitar a atividade das empresas. As taxas de juro elevadas, a falta de mão de obra qualificada ou a inflação que continua alta são algumas das razões de queixa.

“Os custos de contexto, onde se incluem as burocracias e as morosidades mais diversas – incluindo na esfera judicial –, somadas à carga fiscal, adicionam um fator de receio ao planeamento estratégico e aos planos de atividades a desenvolver”, frisa Pedro Sá, sócio da PRA.

“De um modo macro, a inflação, as taxas de juro altas, o pre-

ço da energia, as preocupações com a segurança do abastecimento e a guerra na Ucrânia têm limitado, ainda que indiretamente, a atividade das empresas”, diz César Bessa Monteiro Jr, sócio da Abreu Advogados.

João Caldeira, sócio da CMS, aponta como aspetos negativos “a persistência de taxas de inflação bem superiores ao desejável” e também “a manutenção da tendência de crescimento das taxas de juro, sem que se possa antecipar com segurança o momento de viragem”.

Idêntica é a posição de David Oliveira Festas, sócio da CS Associados. “Os principais li-

mites à atividade das empresas são a carga fiscal extraordinariamente elevada, a instabilidade legislativa e regulatória e a ineficiência do Estado. O peso dos impostos e das contribuições face ao PIB atingiu este ano um novo valor recorde, o sistema fiscal continua complexo, instável e imprevisível e os constantes aumentos da despesa pública não se traduzem numa maior eficiência dos serviços públicos no apoio às empresas e ao investimento”, afirma.

Também Fernando Antas da Cunha, managing partner da Antas da Cunha Ecija vê como ponto negativo a “dificuldade de

acesso ao crédito, fruto do enorme aumento das taxas de juros”, a que acrescenta “a dificuldade no recrutamento”, aspetos que levam, considera, “a alguma cautela no momento de decidir diferentes investimentos”.

O principal fator que mais está a limitar a atividade das empresas é, para Francisco Espregueira Mendes, sócio da Telles, “a inflação, com a conseqüente subida das taxas de juros dos financiamentos, dificultando o acesso ao dinheiro, nomeadamente das empresas de pequena e média dimensão”, mas também “a falta de mão de obra, nomeadamente qualificada”. ■



Existe uma clara visão de que, cada vez mais, as empresas portuguesas são procuradas por clientes e investidores estrangeiros.



Taxas de inflação superiores ao desejável e crescimento das taxas de juro são fatores desfavoráveis ao investimento.



F. ANTAS DA CUNHA
Advogado, managing partner da Antas da Cunha Ecija



JOÃO CALDEIRA
Advogado, sócio da CMS

“Resiliência é fruto, em primeira linha, do trabalho e do esforço do nosso tecido empresarial”, diz Pedro Sá.